

# 1º de Maio, uma data para lembrar e comemorar

A diretoria colegiada da ASSTTRA-MP homenageia todos trabalhadores brasileiros, em especial, os servidores públicos do MPU. Amanhã, Dia do Trabalhador, é mais que uma data de comemorações. O 1º de Maio, lembrado em vários países, marca as muitas lutas da classe trabalhadora que foram travadas na busca por melhorias nas relações de trabalho e por conquistas de direitos para aqueles que contribuem para a construção de uma sociedade próspera.



Só para lembrar, o Dia Mundial do Trabalho foi criado em 1889, por um Congresso Socialista realizado em Paris. A data foi escolhida em homenagem à greve geral, que aconteceu em 1º de maio de 1886, em Chicago, o principal centro industrial dos Estados Unidos naquela época.

Milhares de trabalhadores foram às ruas para protestar contra as condições de trabalho desumanas a que eram submetidos e exigir a redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. Naquele dia, manifestações, passeatas, piquetes e discursos movimentaram a cidade. Mas a repressão ao movimento foi dura: houve prisões, feridos e até mesmo mortos nos confrontos entre os operários e a polícia.

Em memória dos mártires de Chicago, das reivindicações operárias que nesta cidade se desenvolveram em 1886 e por tudo o que esse dia significou na luta dos trabalhadores pelos seus direitos, servindo de exemplo para o mundo todo, o dia 1º de maio foi instituído como o Dia Mundial do Trabalho.

“A história do Primeiro de Maio mostra, portanto, que se trata de um dia de luto e de luta, mas não só pela redução da jornada de trabalho, mais também pela conquista de todas as outras reivindicações de quem produz a riqueza da sociedade.” (Perseu Abramo, jornalista e professor)

Assessoria de Comunicação  
ASSTTRA-MP

---

## Conferência livre sobre o papel da PF na 1ª Conseg

Como os delegados de polícia federal podem contribuir para a nova Política Nacional de Segurança Pública? Na próxima quarta-feira (29), a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) realizará um evento que integra a dinâmica da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), a Conferência Livre: O papel da Polícia Federal na 1ª Conseg. A ADPF é uma das integrantes da Comissão Organizadora Nacional (CON) da 1ª Conseg, na qual é representada pelo presidente da Comissão de Prerrogativas, delegado de polícia federal Marcos Leôncio Sousa Ribeiro.



**1ª CONFERÊNCIA NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

A programação da Conferência Livre da ADPF foi apresentada pelo delegado durante a 6ª Reunião da CON, realizada em Vitória (ES), nos dias 2 e 3 de abril. A Conferência Livre: O papel da Polícia Federal na 1ª Conseg será realizada no Hotel Nacional, em Brasília (DF) e deverá contar com participação de representantes das diretorias regionais da ADPF, da Polícia Federal e dos demais segmentos integrantes da CON e da Comissão Organizadora do Distrito Federal para a 1ª Conseg.

O ministro da Justiça, Tarso Genro, deve oficializar a qualquer momento a participação dele na abertura do evento promovido pela ADPF. Segundo informações da equipe da coordenadora geral da 1ª Conseg, Regina Miki, o gabinete do ministro já sinalizou positivamente sobre a participação dele no evento da ADPF e em seguida deve responder formalmente à Associação.

Site da Conseg  
28/04/2009

Fonte: Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

---

## [Congresso Nacional Analisa Projetos de interesse de entidades sindicais](#)

O DIAP fez levantamento sobre os principais projetos de interesse das entidades sindicais em tramitação na Câmara e no Senado. Entre os temas estão: Reforma Sindical, Contribuição Sindical e Portaria 186, entre outros.



As proposições elencadas têm o propósito de contribuir com as organizações sindicais para que possam fazer seu julgamento ou juízo de valor quanto ao mérito de cada uma. Sobre a maioria delas não há consenso ou unidade do movimento sindical

O levantamento feito pela assessoria parlamentar do DIAP tem por objetivo expor as proposições sindicais em discussão no Congresso Nacional. São sete propostas em tramitação na Câmara; e cinco no Senado.

Sobre a maioria delas não há consenso ou unidade do movimento sindical. Entretanto, o propósito de divulgá-las é expô-las às organizações sindicais para que possam fazer seu julgamento ou juízo de valor quanto ao mérito.

A assessoria já colocou disponível outros dois 'monitores' – para as entidades dos servidores públicos e para as dos trabalhadores da iniciativa privada. Este situa o movimento sindical quanto às matérias mais estritamente sindicais em discussão nas duas casas do Congresso – Câmara e Senado.

Veja, a seguir, o conteúdo das proposições e a tramitação nos respectivos colegiados e casas legislativas:

### **Câmara dos Deputados**

#### **Reforma sindical**

1) PEC 369/05, do Executivo, que dá nova redação aos artigos 8º, 11, 37 e 114 da Constituição. Institui a contribuição de negociação coletiva, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação coletiva para os servidores da Administração Pública; acaba com a unicidade sindical; incentiva a arbitragem para solução dos conflitos trabalhistas e amplia o alcance da substituição processual, podem os sindicatos defender em juízo os direitos individuais homogêneos.

Situação: a proposta está sob a relatoria do deputado Maurício Rands (PT/PE), na CCJ.

#### **Contribuição sindical**

2) PEC 71/95, do deputado Jovair Arantes (PTB/GO), que proíbe a fixação de qualquer contribuição compulsória dos não filiados à associação, sindicato ou entidade sindical.

Situação: está pronta para votação na CCJ, cujo parecer do relator, deputado Moreira Mendes (PPS/RO), é favorável a esta e às anexadas – PECs 102/95, 247/00 e 252/00.

3) PL 2424/07, do deputado Augusto Carvalho (PPS/SP), que altera o Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para tornar facultada a contribuição sindical. Condiciona o recolhimento da contribuição sindical (imposto sindical) à previa autorização individual do trabalhador.

Situação: o projeto foi rejeitado na Comissão de Trabalho, que aprovou o parecer contrário do relator, deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP). O texto está, agora, sob o exame da Comissão de Finanças e Tributação, cujo relator é o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB/PR). Depois, vai ao exame da CCJ.

#### **Contribuição sindical do servidor**

4) PDC 862/08, do deputado Raul Jungmann (PPS /PE), que susta a Instrução Normativa 1, de 30 de setembro de 2008, do Ministério do Trabalho e Emprego, que determina a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição sindical de todos os servidores públicos da administração federal, estadual e municipal.

Situação: o projeto está em discussão na Comissão de Trabalho, cujo relator é

o deputado Roberto Santiago (PV/SP).

### **Organização sindical**

5) PEC 29/03, dos deputados pestistas Maurício Rands (PE) e Vicentinho (SP), que institui a liberdade sindical, alterando a redação do artigo 8º da Constituição Federal.

Situação: a proposta está sob exame da CCJ, onde aguarda votação do parecer favorável do relator, deputado José Genoíno (PT/SP).

6) PL 4.430/08, do ex-deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS) e Eudes Xavier (PT/CE), que dispõe sobre a organização sindical, o custeio das entidades sindicais e a representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, e altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o diálogo social, a negociação coletiva e as convenções e acordos coletivos de trabalho.

Situação: aguarda distribuição na Comissão de Trabalho. O texto será examinado ainda pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça.

### **Registro sindical**

7) PDC 857/08, do deputado Nelson Marquezelli (PTB /SP), que susta a Portaria 186, do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovado por despacho do Ministro do Trabalho e Emprego, de 10 de abril de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 14 de abril de 2008.

Situação: o projeto está sob exame da Comissão de Trabalho, cujo relator é o deputado Roberto Santiago (PV/SP).

### **Senado Federal**

#### **Liberdade sindical**

8) PDS 16/84 (na Câmara, PDC 58/84), do Executivo, que ratifica a Convenção 87 da OIT, sobre liberdade sindical.

Situação: aguarda parecer do relator, senador Paulo Paim (PT/RS), na Comissão de Assuntos Sociais.

#### **Organização e financiamento sindicais**

9) PEC 40/03, do ex-senador Sibá Machado (PT/AC), que altera a Constituição Federal para dispor sobre a unicidade sindical e a contribuição sindical obrigatória.

Situação: a proposta está em discussão na CCJ, cujo relator é o senador Tasso Jereissati (PSDB/CE).

#### **Contribuição assistencial**

10) PLS 248/06, do senador Paulo Paim (PT/RS), que acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências.

Situação: aguarda votação do parecer favorável da relatora na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, senadora Serys Slhessarenko (PT/MT).

#### **Estabilidade sindical**

11) PLS 177/07, do senador Paulo Paim (PTRS), que veda a dispensa do empregado sindicalizado ou associado que concorrer a cargo de direção ou

conselho fiscal ou de representação, incluindo os suplentes, desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato.

Situação: aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável do senador José Nery (PSol/PA). Aguarda apreciação de recurso para votação da matéria no plenário do Senado.

### **Combate às práticas anti-sindicais**

12) PLS 36/09, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), que altera o Código Penal para tipificar como práticas anti-sindicais exigir atestado ou manifestação sobre filiação sindical ou qualquer ação que impeça o exercício dos direitos inerentes à condição de sindicalizado.

Situação: aguarda parecer do relator, senador Jayme Campos (DEM/MT), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Fonte: DIAP

Publicação: 23/04/2009

---

## **Afinal, o que é o cargo?**

Depois de avançar no Adicional de Qualificação, a Comissão Interdisciplinar do Poder Judiciário começou a discutir esta semana a formatação das ações de treinamento. No entanto, esse tema esbarrou na necessidade de se definir o conceito de cargo. E isso gerou a discussão em torno de cargo amplo. Com esta reformulação, um servidor que, por exemplo, assume um cargo de analista, com formação em psicologia, pode migrar de uma função judiciária ou administrativa para uma função de apoio especializado (psicologia), desde que tenha qualificação necessária e vagas disponibilizadas pela administração. Um técnico, que exerça função administrativa e tenha concluído, posteriormente, um curso técnico em Informática, de nível médio, pode passar a atuar na Diretoria de Informática, como técnico em informática. São as vantagens do denominado "cargo amplo". Para o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindjus), o cargo amplo deve ser aplicado no sentido de evolução profissional, já que o servidor necessariamente não precisa cumprir a mesma função a vida toda, no entanto, deve-se ter atenção para evitar o desvio de função.



Jornal de Brasília

Publicação: 17/04/2009

---

# Procurador admite deixar cargo

Antonio Fernando de Souza diz que vai sair da chefia do Ministério Público ao fim do segundo mandato, no próximo mês de junho. Bolsa de apostas sobre substituto tem pelo menos três nomes

Às vésperas de encerrar o segundo mandato, no fim de junho, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, admitiu ontem pela primeira vez que vai mesmo deixar a chefia do Ministério Público Federal (MPF). “Quatro anos já está bom, vou sair”, disse. Nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela primeira vez em junho de 2005, ele foi reconduzido ao cargo em 2007.



Sempre reservado, Antonio Fernando evita falar em nomes. Mas agora que assumiu publicamente a saída da Procuradoria-Geral, a bolsa de apostas será oficialmente aberta. Por enquanto, o único que já assumiu que postula a vaga é o subprocurador-geral da República Wagner Gonçalves, que coordena a área criminal do MPF. Nos bastidores, fala-se no nome do vice-procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Antonio Fernando foi vice de Cláudio Fonteles antes de chegar ao topo da carreira. A subprocuradora-geral da República Ela Wiecko de Castilho também é cotada. De perfil discreto, Antonio Fernando ficou conhecido após denunciar ao Supremo Tribunal Federal (STF) os envolvidos no escândalo do mensalão.

Com a proximidade da despedida de Antonio Fernando do posto, aumentam as pressões por mudanças na escolha do procurador-geral da República que, além de chefe do MPF, também comanda o Ministério Público da União (MPU). Entidades que representam três dos quatro ramos do MPU – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) e Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) – não estão nada satisfeitas com o processo. E pressionam por uma modificação constitucional para que haja alternância na escolha. Há uma proposta de emenda à Constituição (PEC) no Congresso sobre o tema (leia mais abaixo).

A Constituição diz apenas que o procurador-geral deve ter mais de 35 anos, ser escolhido “dentre integrantes da carreira” e nomeado pelo presidente da República após passar pelo crivo do Senado. Embora não haja previsão legal para uma lista tríplice, o presidente Lula vem prestigiando, tradicionalmente, os mais votados das relações encaminhadas por integrantes do MPF. Mas, para as entidades, todos os integrantes do MPU têm legitimidade para concorrer. Elas querem participar da formação da lista tríplice.

## **Mudança**

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) é contra a iniciativa. “Nós estamos satisfeitos com o regime atual. Os outros três ramos é que se sentem inferiorizados”, disse o presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha. Para Antonio Fernando, “a reivindicação não faz sentido”. “A compreensão que temos é que o procurador-geral da República tem que ser

escolhido pelo MPF”, disse, argumentando que procuradores de outros ramos não têm, por exemplo, atuação no Supremo. “Sempre quando tem uma mudança, surge esse movimento”, completou.

Recentemente, as mesmas associações defenderam, no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), proposta de fazer rodízio também nas indicações de representantes do MPU na composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – que faz o controle externo do Judiciário. Uma resolução sobre o assunto está em pauta no CNMP.

### **Proposta em discussão**

Em discussão no Congresso Nacional, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 307/08, do deputado Eduardo Valverde (PT-RO), exige que o procurador-geral da República seja escolhido, de forma alternada, entre os integrantes dos quatro ramos do Ministério Público da União (MPU): Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Militar (MPM) e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Para o deputado, o artigo 128 da Constituição, ao dizer apenas que o chefe do MPU deve ser selecionado entre os integrantes de carreira, “vem facultando a consolidação da tradição errônea de apenas o Ministério Público Federal indicar candidatos”. Ele acha que, além do MPF, os outros três ramos do MPU precisam participar do processo de escolha. (MD)

Correio Braziliense

Mirella D’Elia

Publicação: 16/04/2009

---

## **Projeto busca interação do trabalhador com a cultura e a saúde**

Brasília – O Ministério da Cultura lança nesta segunda-feira (6), às 16h, o Projeto Vidas Paralelas, que visa a promover uma interação do trabalhador com a cultura e a saúde e a dar mais visibilidade ao mundo do trabalho, por meio das expressões artísticas e culturais da classe trabalhadora.

Vão ser realizadas apresentações de curtas-metragens, das 16h30 às 17h30 no Auditório Guimarães

Rosa, do ministério, com entrada gratuita. Na ocasião, serão exibidos os filmes Trabalhadora Saindo da Fábrica, de José Luiz Torres Leiva (filmado no Chile em 1989); Ilha das Flores, de José Furtado (feito no Brasil em 2005) e Brilho dos meus Olhos, de Alan Ribeiro (também rodado no Brasil em 2006). O desenvolvimento do Projeto Vidas Paralelas está a cargo da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, em parceria com o Ministério da Saúde,



a Rede Escola Continental em Saúde do Trabalhador e a Universidade de Brasília (UnB).

Agência Brasil

Publicação: 03/04/2009

---

## TRT tenta acordo para fim da greve dos terceirizados

Patrões e empregados das empresas de serviço de limpeza estão dispostos a negociar hoje no TRT. Lixo está acumulado há cinco dias



A paralisação dos servidores terceirizados de limpeza que trabalham na Rodoviária, na Rodoferroviária, em tribunais, delegacias e hospitais pode acabar hoje depois de cinco dias de muito lixo acumulado. Às 11h, patrões e empregados irão sentar para negociar, na audiência de conciliação do Ministério Público, na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). “Tudo está sinalizando para o fim da greve”, analisa o advogado patronal Dalmo Rogério Souza de Albuquerque. “Nossa intenção é fazer um acordo”, garante o representante do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação (Seac).

Os patrões oferecem um reajuste de 8,20% no salário e o aumento para R\$ 7 do valor diário do vale-alimentação. De acordo com a presidente do Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação de Serviços Terceirizados (Sindserviços), Maria Isabel Caetano dos Reis, a remuneração da categoria é de R\$ 456 mensais, menos do que o salário mínimo (R\$ 465) e o valor do vale é de R\$ 6. Após os descontos da Previdência Social e da contrapartida do vale transporte, o salário líquido cai para R\$ 395.

A adesão na greve é de 10 mil dos 30 mil servidores terceirizados do Governo do Distrito Federal (GDF). No primeiro dia, o aumento salarial pretendido era de 30%. O percentual caiu para 12% após uma assembleia na última quinta-feira. “Para o vale-refeição, queremos que suba de R\$ 6,25 para R\$ 10”, observa Isabel. Caso a oferta dos patrões seja aceita, o salário bruto subirá para R\$ 493.

Sujeira

Ontem, mais uma vez, o Parque Nacional de Brasília, mais conhecido como Água Mineral, ficou fechado. A direção do local alega que não tem como abrir as portas sem o serviço de manutenção. Mas o fechamento de uma das principais opções de lazer da capital foi o menor dos problemas. Chão sujo, lixeiras



transbordando, moscas e cheiro forte incomodaram quem passou pela Rodoviária do Plano Piloto, por exemplo.

A paralisação dos servidores começou na noite de quarta. Desde então, o local não recebeu trabalhadores do asseio. Banheiro e chão sujos também incomodam quem passa pela Rodoviária.

Locais como delegacias, hospitais públicos e fóruns foram afetados com a paralisação de serviços, como manutenção e limpeza, mas não foram fechados. "Deixamos sempre pelo menos 30% da categoria nesses locais para não prejudicar o atendimento", explicou Isabel. O GDF optou por não interferir nas negociações. Só advertiu às empresas para que busquem uma solução rápida.

Caso isso não aconteça, de acordo com a assessoria de imprensa do governo, os contratos com empresas terceirizadas podem ser desfeitos. Para garantir serviços básicos, como o atendimento em hospitais, foram convocados funcionários do Serviço de Limpeza Urbana.

CorreioWeb

Publicação: 06/04/2009

---

## [Audiência da Campanha da Fraternidade debate Segurança Pública no RS](#)

Na manhã desta sexta-feira, 03, a CUT-RS participou da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos sobre a Campanha da Fraternidade 2009, que tem como lema "A Paz é fruto da Justiça Social", realizada no teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa do RS. O evento contou com as presenças do ministro da Justiça, Tarso Genro, e do presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Regional, bispo Dom José Stroehrer.



O tema da Campanha da Fraternidade 2009 será debatido ao longo do ano nas paróquias, escolas e instituições públicas e privadas de todo o País. O resultado pretendido, segundo Dom Stroehrer, é a formação de uma cultura venha promover avanços na segurança, dentro do contexto da cidadania e da paz, como decorrência. No último dia da campanha será realizada uma coleta para o Fundo Nacional de Solidariedade para financiar pequenos projetos para a segurança pública.

O presidente da CUT-RS, Celso Woyciechowski, lembrou que a violência gera a fome, o desemprego, a falta de assistência à saúde, o analfabetismo, a recessão da economia e outros malefícios para a sociedade.

"Quando o Estado não se faz presente ou é marcado por escândalos e corrupção, deixa de ser garantia de segurança para a sociedade e dá oportunidade para que o medo e a violência se instalem. Diante deste cenário, acreditamos que a

fraternidade deve ser praticada por todos nós”, declarou o dirigente cutista.

O ministro Tarso Genro apresentou o Programa Nacional de Segurança e Cidadania (PRONASCI) como “a grande reforma no sistema nacional de segurança pública” que está sendo realizada a pedido do presidente Lula. Segundo o ministro, onde o programa está sendo instalado já se nota uma diminuição do número de crimes violentos. Ele também disse que o PRONASCI tem total apoio da CNBB e que a entidade foi consultada durante a elaboração do programa.

Também participaram do evento o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ivar Pavan (PT), o presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Dionilso Marcon (PT), o bispo auxiliar de Porto Alegre, Dom Alexandre Ruffinoni, o vereador Carlos Todeschini, o presidente da OAB, Claudio Lamachia, o diretor de Relações Institucionais da Secretaria de Segurança Pública, Adriano Dolzan, o diretor do Departamento de Cidadania e Direitos da Secretaria de Justiça, Plínio Zalewski e representantes das entidades sociais e sindicais.

Agência de Notícias da AL

Publicação: 03/04/2009

---

## [PGR opina pelo arquivamento de ação sobre incorporação de quintos dos servidores](#)

O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, opinou pelo arquivamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4146) ajuizada pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). O parecer seguirá para o gabinete do ministro Eros Grau, o relator da ADI.



A ADI questiona a parte final do parágrafo 1º do artigo 15 da Lei federal 9.527/97 e o parágrafo único do artigo 62-A da Lei 8.112/90, que impedem o servidor público do Judiciário de incorporar aos vencimentos (salários) e proventos (aposentadoria) dos quintos e décimos recebidos pelo exercício de função ou cargo de direção, chefia ou assessoramento. A norma de 1997 extinguiu a incorporação, transformando-a em vantagem pessoal, sendo o seu reajuste vinculado às revisões gerais das remunerações dos servidores. A desvinculação do mesmo critério de reajuste promoveria, segundo a confederação, o desaparecimento gradativo do valor no tempo, implicando a supressão do direito adquirido.

A linha adotada pelo procurador-geral para pedir o arquivamento da ação foi a de que a confederação não tem legitimidade para representar todos os servidores atingidos pelas duas leis impugnadas porque faltaria à entidade homogeneidade para que esteja entre aqueles que podem propor ADI. “Não há como afirmar estar presente liame de identidade ou até mesmo similaridade entre todas as carreiras abarcadas pela confederação”, acrescentou.

Se a ADI for analisada no mérito, Antonio Fernando Souza opina pela improcedência do pedido uma vez que o Supremo Tribunal Federal tem entendido que é legítimo, mediante lei, que o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo.

Além disso, o procurador lembrou que, para o STF, não há direito adquirido do servidor público estatutário à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração.

---

## [Estudo do Ipea desmente inchaço na máquina pública](#)

Uma pesquisa sobre emprego público, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), chegou a uma conclusão surpreendente: a máquina pública brasileira não está inchada. Comparada à de países desenvolvidos e com os da América Latina, a proporção de servidores públicos na faixa da população economicamente ativa é uma das menores (10,7%), segundo dados computados em 2005.



Em países como Dinamarca e Suécia, mais de 30% dos ocupados estão trabalhando para o estado. Em outros que têm o setor privado como alicerce, caso dos Estados Unidos, o percentual é de 14,8%, também usando dados de 2005. O pesquisador Fernando Augusto de Mattos, observa que a adoção do Estado de Bem-Estar Social por vários países europeus no período pós-Segunda Guerra Mundial fez com que o setor público passasse a ter um peso significativo na promoção do emprego e da qualidade de vida da população. A necessidade de políticas sociais universalistas fez a participação dos empregos públicos crescer mais nos países desenvolvidos do que nos subdesenvolvidos.

Na América Latina, onde a realidade social se assemelha à nacional, o Brasil está em 8º lugar de acordo com dados de 2006 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Na Argentina, essa relação é de 16,2%; no Paraguai, 13,4%, e no Panamá, primeiro colocado da lista, 17,8%. O processo de democratização recente também pesa na estrutura, comenta o pesquisador. O

levantamento leva em consideração todos os trabalhadores empregados pelo Estado em um sentido mais amplo, incluindo administração direta, indireta e estatais de todo tipo.

### **Diferenças**

Os índices dos emergentes – países que também guardam alguma semelhança com o Brasil –, como Índia (68,1%) e África do Sul (34,3%), ficam muito acima do nível nacional. Há um grave problema de formalização de empregos nesses países, comenta Mattos. Na Índia, por exemplo, o alto percentual está relacionado com o elevado contingente de forças militares e de segurança interna. Além da informalidade, o país carrega um baixo grau de desenvolvimento industrial em contraste com a ocupação agrícola.

O economista do Dieese Tiago Oliveira explica que o estudo questiona o discurso de que o Brasil tem um estado inchado, que surgiu nos anos 90. “A idéia de um país pesado e ineficiente caiu sobre o serviço público e se perpetua até hoje.” Porém, observa Oliveira, “ao mesmo tempo em que as pessoas dizem isso, vão aos postos de saúde e esperam por horas, por falta de médicos ou veem os filhos voltarem mais cedo para casa por falta de professores”.

O pesquisador do Ipea Fernando Mattos afirma que o resultado da pesquisa mostra a necessidade de ampliação do acesso da população aos serviços públicos e, por consequência, da ampliação do quadro de pessoas que realizam esses serviços.

### **Qualificação**

Apesar de os números desmistificarem o discurso da máquina inchada, nenhum dos especialistas descarta que há desequilíbrio entre áreas administrativas: algumas têm excessiva carência. Há um déficit grande nas áreas de saúde, educação, mas também nas de auditores fiscais e previdenciários ou mesmo na fiscalização das fronteiras”, alerta Tiago Oliveira. A qualidade, que não foi alvo da pesquisa do Ipea, é lembrada. “Não se pode esquecer que o bom serviço prestado à população depende da qualificação dos servidores”, pondera Mattos. Servidor da Universidade de Brasília há 32 anos, Cosmo Balbino é contrário à ideia de inchaço do setor público. Para ele, o baixo índice brasileiro diante dos registrados em muitos países não é um indicador ruim. “O Estado sofre de uma carência de médicos e professores. Desde que haja qualificação profissional, não há necessidade de muitos empregados”, avalia. “Com a terceirização do serviço público, há perda de qualidade profissional porque não há critérios rígidos para contratação.”

Balbino entende que o processo de adequação tecnológica dos cargos públicos, incluindo a UnB, resultou numa menor carência de trabalhadores. “A tecnologia acabou com muitos empregos.” Dessa forma, ele sugere uma alternativa para solucionar a falta de vagas de trabalho. “Hoje em dia, há condições de se ter bons salários com poucas pessoas”, avalia.

Correio Braziliense

Publicação: 30/03/2009